

*O Estado de São Paulo*  
*Segunda-feira, 7 de junho de 2004*

## Batendo cabeças

### DESENCONTROS DENTRO DO GOVERNO JÁ EXCEDEM OS PIORES PRECEDENTES HISTÓRICOS

MARCELO DE PAIVA ABREU

É natural que coalizões políticas abarquem amplo espectro de partidos, ou mesmo de figuras públicas, e que membros da coalizão nem sempre concordem quanto à condução de políticas específicas por parte do governo. Faz parte do dia a dia da política arbitrar com eficácia essas diferenças e, se possível, manter intacta a coalizão dominante. A história brasileira desde 1945 é fértil em exemplos de tais divergências cujo desfecho nem sempre foi feliz. Em alguns casos, os custos de manter certa ambigüidade programática em nome da conveniência política foram mantidos sob controle. Em outros, as tensões tornaram-se insustentáveis e uma das facções em luta acabou por prevalecer.

Getúlio Vargas, consagrado pela urnas em 1950, escalou uma equipe econômica heterogênea. Preocupado com a credibilidade, escolheu um ministro da Fazenda banqueiro, Horácio Lafer. Curvando-se a obrigações de campanha indicou presidente do Banco do Brasil o industrial Ricardo Jafet. Entre o freio da Fazenda e o acelerador do BB sofria a República. Quando Vargas afinal se decidiu pela demissão de Jafet, a gestão da economia já estava seriamente comprometida. E o turbilhão político foi exacerbado pela fragmentação da coalizão governamental.

O general Geisel manteve equilíbrio inicial precário entre a ortodoxia de Mário Henrique Simonsen, na Fazenda, e a expansão sem grande preocupação com limitações macroeconômicas promovida pelos ministros gastadores. A complacência de Simonsen após as primeiras escaramuças permitiu que o governo fosse concluído sem crise ostensiva. A situação repetiu-se no governo militar seguinte, com Simonsen mais ortodoxo enfrentando sem sucesso a oposição de Delfim Netto, que prometia solução indolor da crise. O desfecho inauguraria longo período de inflação alta e, ainda mais longo, de crescimento medíocre.

Fernando Henrique Cardoso revelou-se mestre na arte de conciliar, em nome de objetivos políticos, visões divergentes da ortodoxia malanista e do desenvolvimentismo serrista quanto à economia. Tratou de manter o apoio político do tucanato, mas mostrou bom senso na recusa em colocar a economia sob seu controle e mostrou maior compromisso com a estabilidade macroeconômica no segundo mandato.

Situação similar de tensão ressurgiu no governo atual com intensidade sem precedentes. Nunca se colocou de forma tão explícita e pública o contraste entre posições. De um lado, a equipe econômica provê credibilidade internacional ao governo, gera inflação baixa e, agora, crescimento sob o assédio permanente do resto do governo e de parcelas significativas da mídia. Enfrenta desde as parlapatices da ala mais loquaz da verdadeira armada Brancalione que compõe parte substancial da coalizão governamental até as perorações diárias de segmentos da mídia que se auto-escalaram como defensores da fidelidade programática do PT e que exibem sem pudor alto grau de miolomolismo econômico. Com poucas e honrosas exceções, o resto do governo ou patina em meio

à inação ou mostra-se operoso na perseguição de objetivos setoriais que conflitam claramente com os objetivos macroeconômicos.

Talvez o exemplo mais claro dessas dificuldades seja a contradição explícita entre as linhas mestras da política econômica e as práticas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social em um quadro em que se tenta ressuscitar a estratégia do Estado "que dá as cartas". A República havia sido temporariamente poupada de prejuízos maiores enquanto a máquina do banco estava sendo pachorrentamente instrumentada para suas novas funções. Mas agora a hiperatividade parece dominar os espíritos. Vêm à lembrança as palavras do ministro Xandu ao Doutor Bogoloff na pena irônica de Lima Barreto nas Aventuras do Doutor Bogoloff (Expressão e Cultura, 2001) na sua incitação a maior atividade, sugerindo que a inação brasileira seria devida ao clima: "Ah!, Doutor! Esse Brasil precisa de frio, de muito frio."

Decididamente esfriou na avenida Chile. A máquina parece azeitada para cometer desatinos seqüenciais. Pelo menos é o que se presume com base em manifestações que incluem saudosismo estatal explícito, com menções elogiosas aos anos 70, regressão ao uso de instrumentos de estímulo ao crescimento hoje obsoletos e declarações levianas sobre crescimento rápido futuro. Nada menos de 7% ao ano no decênio 2005-2015 simplesmente porque foi a este ritmo que o Brasil cresceu entre 1930 e 1980...

Por que mesmo créditos à Embraer devem incluir condicionalidades sobre conteúdo nacional de seus aviões como determinado recentemente pelo banco? Por que a Embraer deve enfrentar obstáculos quanto à origem dos componentes de seus aviões? A sua competitividade decorre exatamente da capacidade de comprar do fornecedor na fronteira tecnológica pelo melhor preço. Interferir nessa escolha é reduzir a competitividade de seus aviões. Melhor faria o banco se tratasse de envolver-se seriamente na melhoria da capacitação tecnológica da empresa brasileira, na transferência de conhecimentos da universidade e institutos de pesquisa para o setor produtivo e na efetiva capacitação científica e tecnológica do País. E esquecesse de resgatar seletivamente no baú mágico da história pretensas receitas de crescimento perdidas.

As desavenças entre os diferentes elementos da atual coalizão governamental parecem ter alcançado nível difícil de ser sustentado por muito tempo. Para onde vamos? Do jeito que está o mais provável é que o País não consiga mais do que girar em torno de si mesmo.

---

Marcelo de Paiva Abreu, doutor pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Ro, em licença sabática